



# Demonstrações Financeiras

---

Porto Serviço Negócios S.A.  
(atual denominação de Mobitech locadora de Veículos S.A.)

31 de dezembro de 2025

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

### Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Serviço Negócios S.A. (atual denominação de Mobitech Locadora de Veículos S.A.) e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

Em 2024, toda a operação de locação de veículos foi descontinuada, e seus respectivos ativos e passivos liquidados. Esse encerramento incorreu em prejuízo de R\$ (93.591 mil) e, conforme balanço patrimonial, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 202.072 mil. Nesse contexto, a Administração realizou em fevereiro de 2025 o aporte de capital no montante de R\$ 66.150 mil, a fim de seguir com o cumprimento de suas obrigações legais, presentes, futuras e com terceiros, considerando o encerramento de suas atividades relacionadas ao seu objeto social atual à época, confirmando assim sua capacidade de cumprir suas obrigações.

Durante o ano de 2025 a empresa mudou de nome e de objeto social, passando de Mobitech Locadora de Veículos S.A. para Porto Serviço Negócios S.A., e seu novo objeto social é comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. Essa mudança está em linha as novas estratégias do Grupo Porto.

---

## AGRADECIMENTOS

---

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

### A Administração.

---

## DIRETORIA

---

Marcos Roberto Loução	Diretor Presidente	
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente Controladoria e Investimentos	– Financeiro,
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Executiva Jurídica	
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria	
Adriano Arruda de Oliveira	Diretor de Negócios	

Daniele Gomes Yoshida  
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

**Shape the future  
with confidence**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**Porto Serviço Negócio S.A. (anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A.)**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Serviço Negócio S.A.** (anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A.) (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobitech Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa de entidade em liquidação para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future  
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future  
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Diana'.

Diana Yukie Naki dos Santos  
Contadora CRC-SP300514/O

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>18.400</b>	<b>64.848</b>	<b>Circulante</b>		<b>2.947</b>	<b>266.920</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.783	11.533	Contas a pagar		2.947	13.367
Ativos financeiros				Obrigações a pagar	14	1.725	12.172
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado	8.1	1.392	7.059	Impostos e encargos sociais a recolher		407	402
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	2.956	—	Encargos trabalhistas		729	793
Contas a receber de clientes	9	5.435	24.952	Impostos e contribuições		86	—
Impostos e contribuições a recuperar		5.423	5.887	Passivos financeiros	15	—	253.553
Bens à venda de operação descontinuada		—	15.307				
Outros ativos		411	110	<b>Não circulante</b>		<b>4.236</b>	<b>2.017</b>
				Obrigações a pagar	14	1.292	150
<b>Não circulante</b>		<b>16.956</b>	<b>179.498</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos		35	38
Realizável a longo prazo		16.476	160.285	Provisões judiciais	16	2.909	1.829
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	8.2	15.622	159.800	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>28.173</b>	<b>(24.591)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	850	481	Capital social	17	42.065	269.250
Outros valores e bens		4	4	Reservas de lucros		227	—
Imobilizado de operação descontinuada	11	—	19.213	Ajuste de avaliação patrimonial		(702)	224
Intangível	12	480	—	Prejuízos acumulados		(13.417)	(294.065)
<b>Total do ativo</b>		<b>35.356</b>	<b>244.346</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>35.356</b>	<b>244.346</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas líquidas de serviços prestados	18	9.603	88.709
Receitas líquidas de serviços prestados descontinuados	18	537	—
Despesas operacionais	19	(3.959)	(75.911)
Despesas operacionais descontinuadas	19	(6.383)	—
Despesas administrativas	20	(17.841)	(40.650)
Despesas comerciais		(294)	(8.670)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(18.337)</b>	<b>(36.522)</b>
Receitas financeiras	21	4.478	12.692
Despesas financeiras	21	(3.007)	(66.769)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>1.471</b>	<b>(54.077)</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>(16.866)</b>	<b>(90.599)</b>
<b>Ganhos e perdas com ativos não correntes</b>		<b>4.323</b>	<b>(3.135)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(12.543)</b>	<b>(93.734)</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.2</b>	<b>6</b>	<b>143</b>
Diferido		6	143
<b>Prejuízo das operações em continuidade (*)</b>		<b>(6.691)</b>	<b>—</b>
<b>Prejuízo das operações descontinuadas</b>		<b>(5.846)</b>	<b>(93.591)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(12.537)</b>	<b>(93.591)</b>
<b>Resultado por ação básico e diluído:</b>	<b>23</b>	<b>(8,6581)</b>	<b>(0,0257)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(\*) Referem-se ao novo objeto social da Companhia (NE 1)

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(12.537)</b>	<b>(93.591)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(926)</b>	<b>13.686</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:</b>		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa	(1.092)	20.735
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa	371	(7.050)
Resultado com ganhos e perdas atuariais	(311)	2
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	106	(1)
<b>Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>(13.463)</b>	<b>(79.903)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>239.250</b>	<b>83</b>	<b>(13.462)</b>	<b>(200.474)</b>	<b>25.397</b>
Aumento de capital - AGE de 23 de janeiro de 2024		30.000	—	—	—	30.000
Reconhecimento pagamento em ações		—	442	—	—	442
Ações alienadas		—	(525)	—	—	(525)
Ganhos e perdas atuariais		—	—	1	—	1
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		—	—	13.685	—	13.685
Prejuízo do exercício		—	—	—	(93.591)	(93.591)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>269.250</b>	<b>—</b>	<b>224</b>	<b>(294.065)</b>	<b>(24.591)</b>
Aumento de capital - AGE de 04 de fevereiro de 2025	17	66.000	—	—	—	66.000
Redução de capital - AGE 21 de outubro de 2025	17	(293.185)	—	—	293.185	—
Reconhecimento pagamento em ações		—	462	—	—	462
Ações alienadas		—	(235)	—	—	(235)
Ganhos e perdas atuariais		—	—	(721)	—	(721)
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa		—	—	(205)	—	(205)
Prejuízo do exercício		—	—	—	(12.537)	(12.537)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>42.065</b>	<b>227</b>	<b>(702)</b>	<b>(13.417)</b>	<b>28.173</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(94.361)</b>	<b>(41.151)</b>
<b>Caixa consumido nas operações</b>	<b>(10.608)</b>	<b>(66.638)</b>
Prejuízo do exercício	(12.537)	(93.591)
Depreciação e amortização	1.929	26.953
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>(83.753)</b>	<b>98.460</b>
Ativos financeiros	146.889	(10.855)
Contas a receber de clientes	19.517	31.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(372)	—
Outros ativos	12.663	49.993
Obrigações a pagar	(9.305)	(13.949)
Passivos financeiros	(253.553)	38.583
Operações de arrendamento	1.080	(10.343)
Outros passivos	(672)	13.459
<b>Outros</b>	<b>—</b>	<b>(72.973)</b>
Juros sobre captação de recursos pagos	—	(72.973)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento</b>	<b>19.611</b>	<b>606.875</b>
Aquisição de intangível	480	—
Alienação de imobilizado	19.131	606.875
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>66.000</b>	<b>(560.603)</b>
Aumento de capital	66.000	30.000
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	—	(590.603)
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.750)</b>	<b>5.121</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	11.533	6.412
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.783	11.533

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Porto Serviço Negócios S.A. (atual denominação de Mobitech locadora de Veículos S.A.) (“Porto Serviço Negócios” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 – 3º andar/parte, Campos Elíseos - São Paulo - SP, anteriormente chamada de Mobitech Locadora de Veículos S.A., tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (i) comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; (ii) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária e (iii) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista.

Em decorrência da alteração no objeto social, a natureza das operações, das fontes de receita e da estrutura de custos da Companhia foi significativamente modificada. Dessa forma, os saldos e resultados do exercício findo em 2024, apresentados para fins comparativos, refletem substancialmente operações de natureza distinta das praticadas no exercício corrente.

Os ativos e passivos relacionados ao seu objeto social anterior, continuam classificados como operações descontinuadas. O prejuízo decorrente dessas operações descontinuadas foram absorvidos pela redução do capital social (vide nota nº 17). A Administração da Companhia tem plano para venda de todos os ativos remanescentes ainda no exercício de 2026.

A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

Inserida na vertical de outros negócios, a Companhia é uma controlada indireta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 09 de fevereiro de 2026.

## **2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que, após a mudança de objeto social, a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

## **2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Apesar da alteração no objeto social da Companhia, as políticas foram aplicadas consistentemente para os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### **3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### **3.2 ATIVOS FINANCEIROS**

#### **(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

#### **(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

#### **(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos

financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### **3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

#### **3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"**

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) “hedge” de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 13.

### 3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

### 3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

### 3.6 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

### 3.7 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

### 3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

### **3.9 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

### **3.10 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

### **3.11 PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

### 3.12 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

### 3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

## 4. USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iii) da realização dos tributos diferidos; e
- (iv) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

#### 4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

### 5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior de 31 de dezembro de 2024, houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia sofreram alterações relevantes, devido a estratégia da Companhia para a descontinuidade operacional conforme nota explicativa 2.2.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

### **5.1 RISCO DE CRÉDITO**

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos.

### **5.2 RISCO DE LIQUIDEZ**

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

### **5.3 RISCO DE MERCADO**

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado.

### **5.4 RISCO OPERACIONAL**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self

Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

## 5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

## 6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o

ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	2.380	9.232
Depósitos bancários	403	2.301
	<b>2.783</b>	<b>11.533</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

#### 8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos exclusivos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	468	—	468	3.903	—	3.903
Debêntures	—	18	18	—	2.624	2.624
Letras financeiras - privadas	—	9	9	—	476	476
CDBs	—	—	—	—	56	56
LFTs	897	—	897	—	—	—
<b>Total - circulante</b>	<b>1.365</b>	<b>27</b>	<b>1.392</b>	<b>3.903</b>	<b>3.156</b>	<b>7.059</b>

## 8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
<b>Fundos exclusivos</b>		
NTN - B	5.178	100.983
LTNs	13.400	58.817
<b>Total</b>	<b>18.578</b>	<b>159.800</b>
Circulante	2.956	—
Não circulante	15.622	159.800

(\*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 18.361 (R\$ 152.019 em 31 de dezembro de 2024).

## 8.3 TAXA DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa	14,88	12,13
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTN	13,42	12,77
NTNs B - IPCA	6,23	5,76

## 8.4 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>178.392</b>	<b>162.416</b>
Aplicações	48.672	658.854
Rendimentos	3.573	8.894
Resgates	(207.734)	(651.772)
<b>Saldo final</b>	<b>22.903</b>	<b>178.392</b>

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Seminovos	23.273	28.710
Locação	5.940	13.647
Redução ao valor recuperável	(23.778)	(17.405)
	<b>5.435</b>	<b>24.952</b>

## 9.1 RECEBER DE CLIENTES - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Contas a receber de clientes	Redução ao valor recuperável	Provisão líquida	Contas a receber de clientes	Redução ao valor recuperável	Provisão líquida
A vencer	4.545	(16)	<b>4.529</b>	19.586	—	<b>19.586</b>
Vencidos de 1 a 30 dias	898	(3)	<b>895</b>	3.692	—	<b>3.692</b>
Vencidos de 31 a 60 dias	55	(52)	<b>3</b>	1.674	—	<b>1.674</b>
Vencidos de 61 a 90 dias	14	(6)	<b>8</b>	1.594	(1.594)	—
Vencidos de 91 a 120 dias	680	(680)	—	3.950	(3.950)	—
Vencidos 121 a 150 dias	134	(134)	—	814	(814)	—
Vencidos 151 a 240 dias	145	(145)	—	843	(843)	—
Vencidos 241 a 360 dias	22.742	(22.742)	—	10.204	(10.204)	—
	<b>29.213</b>	<b>(23.778)</b>	<b>5.435</b>	<b>42.357</b>	<b>(17.405)</b>	<b>24.952</b>

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	—	20.623	(20.623)	—
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão para riscos de créditos	15.362	5.493	(10.059)	10.796
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	622	590	(223)	989
Provisão de participação de lucros	452	446	(380)	518
Outras provisões	(15.955)	16.450	(11.948)	(11.453)
	<b>481</b>	<b>43.602</b>	<b>(43.233)</b>	<b>850</b>

### 10.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026 a 2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	—	850	<u>850</u>

## 10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	(12.543)	(93.734)
Alíquota vigente	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)</b>	<b>4.265</b>	<b>31.870</b>
Provisão para perda (*)	(4.259)	(31.727)
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>(4.259)</b>	<b>(31.727)</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)</b>	<b>6</b>	<b>143</b>
<b>Taxa efetiva (D/-A)</b>	<b>—%</b>	<b>0,2%</b>

(\*) Não temos expectativas de lucro e/ou realização dos impostos.

## 11. IMOBILIZADO

### 11.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
		Veículos e equipamentos locados a terceiros	7,1	197	(197)	—	22.084
		<b>197</b>	<b>(197)</b>	<b>—</b>	<b>22.084</b>	<b>(2.871)</b>	<b>19.213</b>

### 11.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Baixas (i)	Despesas de depreciação	Movimentações		Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
				Transferências (ii)		
Veículos e equipamentos locados a terceiros	<b>19.213</b>	(45.442)	(82)	26.311		—
	<b>19.213</b>	<b>(45.442)</b>	<b>(82)</b>	<b>26.311</b>		—

(i) Refere-se substancialmente as baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos, a venda resultou em um impacto líquido de R\$ 4.321.

(ii) O saldo refere-se à transferência de veículos no exercício, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens a venda, e que foram substancialmente liquidadas no exercício.

## 12. INTANGÍVEL

### 12.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

	Taxas amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	20,0	480	—	480
		<b>480</b>	<b>—</b>	<b>480</b>

## 13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 3.3.1), demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024
<b>Valor justo</b>	
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	254.792
Contrato de "swap"	(255.047)
<b>Total (A)</b>	<b>(255)</b>
<b>Estratégias - Curva</b>	
"Hedge" de captações	253.551
Contrato de "swap"	(254.014)
<b>Total (B)</b>	<b>(463)</b>
Instrumentos financeiros (A+B)	(718)

Todos os passivos financeiros foram pagos, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.2.

## 14. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Provisão pós emprego (iii)	1.292	150
Participação nos resultados	846	997
Fornecedores	654	4.591
Transações com partes relacionadas (ii)	225	523
"Swap" (i)	—	718
Outras	—	5.343
	<b>3.017</b>	<b>12.322</b>
Circulante	1.725	12.172
Não circulante	1.292	150

(i) Vide nota explicativa nº 13.

(ii) Vide nota explicativa nº 23.

(ii) Vide nota explicativa nº 25.

## 15. PASSIVOS FINANCEIROS

### 15.1 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Valor principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024
400.000	2024	CDI + 1,35%	—
400.000	2025	CDI + 1,31%	253.553
			<b>253.553</b>

### 15.2 PASSIVOS FINANCEIRO - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>253.553</b>	<b>878.546</b>
Atualização monetária/juros	3.478	41.924
Liquidação/reversão	(257.031)	(666.917)
<b>Saldo final (*)</b>	<b>—</b>	<b>253.553</b>
Circulante	—	253.553

(\*) Liquidados em Fevereiro de 2025.

## 16. PROVISÕES JUDICIAIS

### 16.1 PROVÁVEIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cíveis	1.627	1.737
Trabalhistas	1.282	92
	<b>2.909</b>	<b>1.829</b>

### 16.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>92</b>	<b>1.737</b>	<b>1.829</b>
Constituições	1.257	587	1.844
Êxito/reversões	(37)	(379)	(416)
Pagamentos	(170)	(391)	(561)
Atualização monetária	140	73	213
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.282</b>	<b>1.627</b>	<b>2.909</b>
Quantidade de processos prováveis	20	52	72

### 16.2 POSSÍVEIS

	<b>Dezembro de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Cíveis	819	744
Trabalhistas	94	—
	<b>913</b>	<b>744</b>

## 17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 17.1 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de 42.065 representado por 1.447.532 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$ 269.250 representado por 3.820.606.304 unidades em 31 de dezembro de 2024).

Em 04 de fevereiro de 2025, ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 66.000, e na mesma AGE, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias na proporção de dez mil ações para uma ação da mesma espécie.

Em 31 de dezembro de 2025 ocorreu a redução de capital, no montante de R\$ 293.185 para absorção total dos prejuízos acumulados.

## 18. RECEITA

	<b>Dezembro de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Receita de serviços	11.572	97.785
COFINS	(775)	(7.432)
PIS	(168)	(1.613)
ISS	(489)	(31)
	<b>10.140</b>	<b>88.709</b>
Operação Continuada	9.603	88.709
Operação Descontinuada	537	—

## 19. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Localização e funcionamento	(2.100)	(29.528)
Depreciação	(70)	(23.475)
Provisão para riscos de créditos	(8.358)	(31.863)
Crédito de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	186	8.955
	<b>(10.342)</b>	<b>(75.911)</b>
Operação Continuada	(3.960)	—
Operação Descontinuada	(6.383)	(75.911)

## 20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal	(8.785)	(16.894)
Serviços de terceiros	(2.954)	(12.488)
Localização e funcionamento	(1.400)	(7.246)
Publicidade	(9)	—
Outras	(4.693)	(4.022)
<b>Total</b>	<b>(17.841)</b>	<b>(40.650)</b>

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receita com aplicações financeiras	3.911	9.097
Outras	567	3.595
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>4.478</b>	<b>12.692</b>
Despesas com empréstimos	(1.824)	(64.850)
Despesas com aplicações financeiras	(338)	(203)
Outras	(845)	(1.716)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(3.007)</b>	<b>(66.769)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.471</b>	<b>(54.077)</b>

## 22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 22.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 16 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 51 em 31 de dezembro de 2025.

## 21.2 BENEFÍCIO PÓS EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	<b>Dezembro de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	150	193
Custo dos benefícios	36	20
Custo de juros	97	21
Benefícios pagos	(86)	(83)
Ganho atuarial sobre a obrigação	1.091	(2)
Outros	3	1
<b>Saldo final do passivo</b>	<b>1.292</b>	<b>150</b>

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	<b>Dezembro de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62 %	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17 %	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17 %	4,10%

## 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- (i) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviços e Negócios S.A., com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados;
- (ii) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (iii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iv) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (v) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Assistência Participações e CDF S.A.; e
- (vi) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	401	—	—	331
Renova	3	2	—	—
Porto Serviços	—	—	193	—
Portoseg	—	—	32	190
Porto Consórcio	—	—	—	2
	<b>404</b>	<b>2</b>	<b>225</b>	<b>523</b>

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Cia	960	1.455	(1.712)	(2.368)
Renova	11	19	—	(154)
Porto Asset Management	—	—	—	(29)
Porto Seguro Gestora de Recursos	—	—	(43)	(36)
Porto Atendimento	—	—	—	(2.061)
Porto S.A.	—	—	—	(10.638)
Porto Saúde	—	—	(737)	(1.088)
Portoseg	—	210	(172)	(2.013)
Porto Consórcio	—	2	—	(45)
Porto Serviço (i)	—	—	(193)	—
Porto Assistência Participações (i)	—	—	(260)	(2.623)
Porto Assistência (i)	—	—	—	(1.093)
CDF S.A (i)	—	—	(21)	—
	<b>971</b>	<b>1.686</b>	<b>(3.138)</b>	<b>(22.148)</b>

(i) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em Outubro de 2025 a Porto Assistência Participações junto com a CDF S.A foram incorporadas na Porto Serviço S.A.

## 23. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Dezembro de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(12.537)	(93.591)
Média ponderada do número de ações durante o exercício (i)	1.448	3.648.188
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	(8,6581)	(0,0257)

(i) Em 04 de fevereiro de 2025, foi aprovado em AGE o grupamento da totalidade das ações ordinárias na proporção de dez mil ações para uma ação da mesma espécie.

\* \* \*